

BOLETIM SEINP/CE



Nesta Edição

Pág. 02

Novo Financiamento da Atenção Primária

Pág. 04

Plano Municipal de Saúde 2022-2025

Pág. 07

Programação Anual da Saúde 2022-2025

Pág. 10

Relatório Anual de Gestão 2024

Novo Financiamento da Atenção Primária

O novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde foca na equidade, no desempenho das equipes e na ampliação do acesso para populações vulneráveis. Os repasses consideram o Índice de Equidade e Dimensionamento (IED) dos municípios. A iniciativa incentiva vínculo territorial e boas práticas nos serviços de saúde.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Novo Financiamento da Atenção Primária

O Novo Modelo de Financiamento da Atenção Primária de Saúde, criado a partir da Portaria GM/MS nº 3.493/2024, tem como objetivo aprimorar a qualidade e a equidade dos serviços prestados à população.

Para celebrar e apoiar tecnicamente os municípios do Ceará, ocorreu o “Seminário Estadual da Atenção Primária à Saúde: o Novo Financiamento em Debate”, em 22 de abril, realizado na Escola de Saúde Pública do Ceará, onde a superintendente Kelly Arruda e sua equipe de técnicos apresentaram às coordenadoras e coordenadores da Atenção Primária de Saúde presentes no evento, o conceito e a metodologia do novo modelo, que tem por objetivo gerar melhorias na entrega de uma cobertura assistencial com mais equidade, qualidade e indução de boas práticas no sistema de saúde, através do desempenho das equipes (Equipes de Saúde da Família, Equipes Atenção Primária, Saúde Bucal e Equipes Multidisciplinares) no (re) conhecimento e atuação em seus territórios.

O novo modelo busca reduzir a desigualdade em saúde e ampliar o acesso aos serviços, impulsionando a identificação da população pelas equipes, especialmente dos grupos de pessoas mais vulneráveis, a partir de determinantes sociais, etários e de inserção no Benefício de Prestação Continuada – BPC.

A nova metodologia de cofinanciamento utiliza três componentes, sendo um fixo e dois variáveis e todos consideram em seu valor e medida de cálculo o Índice de Equidade e Dimensionamento (IED) do município. No novo financiamento, os recursos são definidos a partir dos resultados destes componentes, que são:



**Valor Fixo por
Equipe**

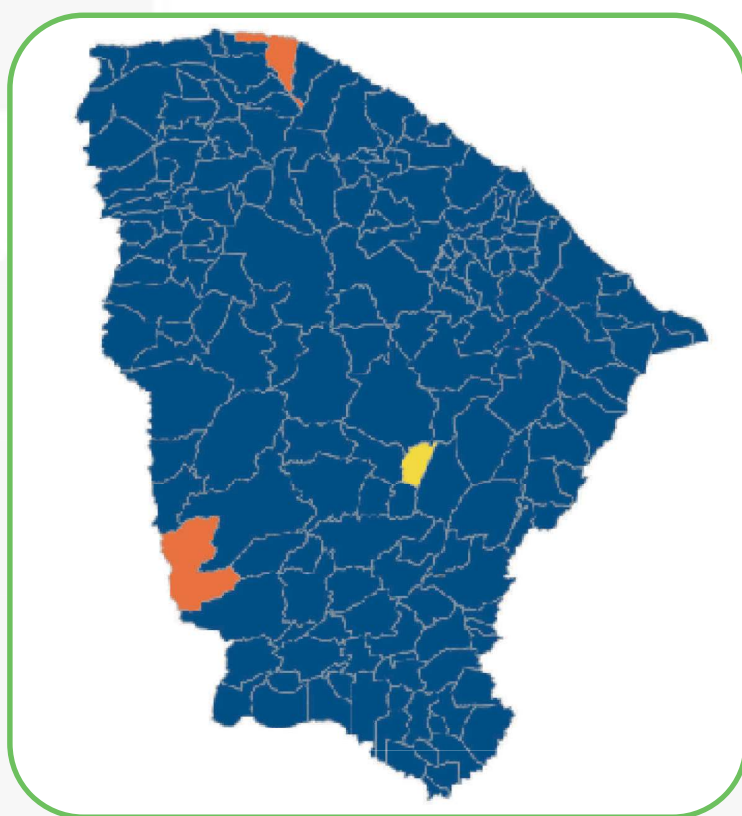
**Vínculo e
Acompanhamento
Territorial**

**Qualidade e
Indução de
Boas Práticas**

O novo financiamento da APS representa momento importante de melhoria para a saúde pública brasileira, no fortalecimento da atenção primária, das equipes de saúde e na garantia do acesso mais equitativo e de qualidade aos serviços de saúde para todos.

Plano Municipal de Saúde 2022 – 2025

O Plano Municipal de Saúde é o instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de 4 (quatro) anos, explicitando os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera, conforme disposto no Título IV, Do Planejamento, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017.



● Aprovado ● Em Elaboração ● Retornado para Ajustes

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

Logo abaixo, temos um detalhamento sobre o PMS 2022 - 2025:

Situação	Municípios	%
Aprovado	181	93,37 %
Em Elaboração	2	1,09 %
Retornado para Ajustes	1	0,54 %
Total:	184	100,00 %

Construído a partir das demandas e diretrizes aprovadas na Conferência Municipal de Saúde, o PMS deve estar alinhado às necessidades de saúde da população, além de manter sintonia com o Plano Plurianual, PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e Lei de Orçamento Anual, LOA.

Nas imagens abaixo, é possível visualizar as regiões de saúde que estão em total conformidade com o PMS 2022-2025.

Região de Saúde Litoral Leste



Região de Saúde Cariri



Região de Saúde Fortaleza



● Aprovado

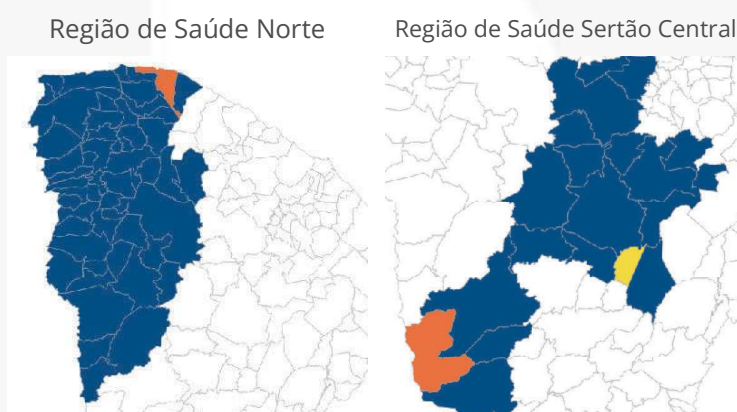
Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

UM NOVO CICLO!

O ano de 2025 marca o início de um novo ciclo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com a elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2026–2029. O PMS deve ser elaborado durante o exercício do primeiro ano da gestão em curso e executado a partir do segundo ano da gestão até o primeiro ano da gestão subsequente.

O Plano Municipal de Saúde se articula com os demais instrumentos de planejamento, como a Programação Anual de Saúde (PAS) e o Relatório Anual de Gestão (RAG), sendo imprescindível para assegurar a continuidade, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de saúde.

A seguir, são apresentadas as Regiões de Saúde, que até o momento de elaboração deste boletim informativo, possuem pendências quanto a entrega do PMS 2022-2025.



● Aprovado ● Em Elaboração ● Retornado para Ajustes

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

Programação Anual de Saúde

A Programação Anual de Saúde constitui o instrumento técnico que viabiliza a execução das diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Saúde. Por meio dela, são explicitadas, com base nos objetivos e diretrizes do referido Plano, as ações a serem desenvolvidas, as metas anuais a serem alcançadas e os recursos financeiros correspondentes.

É fundamental a identificação das áreas responsáveis pela execução das ações e das parcerias institucionais necessárias, uma vez que tais elementos compõem a estratégia para o alcance dos objetivos propostos. Ressalta-se que a Programação Anual de Saúde contempla o conjunto de iniciativas previstas para implementação pela esfera de gestão correspondente no período de um ano. A elaboração deste instrumento deve ser coordenada pela área de planejamento ou, na ausência desta, por equipe formalmente designada para tal finalidade.

Quadro Geral da Programação Anual de Saúde

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

	2022	2023	2024	2025
Aprovado	41	41	35	10
Em Análise	3	2	3	2
Em Elaboração	1	2	6	16
Retornado para Ajustes	–	–	1	–
Não Iniciado	–	–	–	17

REGIÃO DE SAÚDE: CARIRI

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

	2022	2023	2024	2025
Aprovado	39	38	29	7
Em Análise	1	1	3	1
Em Elaboração	4	3	8	12
Não Iniciado	–	2	4	24

REGIÃO DE SAÚDE: FORTALEZA

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

	2022	2023	2024	2025
Aprovado	20	20	20	4
Em Análise	–	–	–	2
Em Elaboração	–	–	–	7
Não Iniciado	–	–	–	7

REGIÃO DE SAÚDE: LITORAL LESTE

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

	2022	2023	2024	2025
Aprovado	52	51	46	14
Em Análise	1	1	1	1
Em Elaboração	1	2	6	23
Não Iniciado	1	1	2	17

REGIÃO DE SAÚDE: NORTE

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

	2022	2023	2024	2025
Aprovado	18	17	14	4
Em Análise	–	1	–	–
Em Elaboração	–	–	2	5
Não Iniciado	2	2	4	11

REGIÃO DE SAÚDE: SERTÃO CENTRAL

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

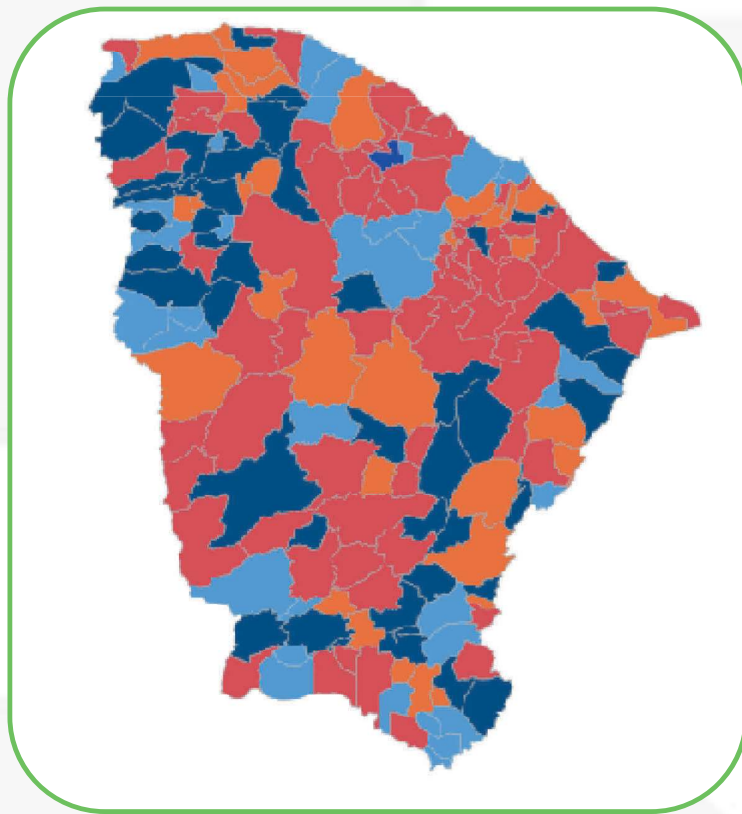
Relatório Anual de Gestão 2024

O Relatório Anual de Gestão (RAG) é o instrumento por meio do qual os gestores do municípios prestam contas da execução da Programação Anual de Saúde (PAS), conforme as diretrizes, objetivos e metas estabelecidos no Plano de Saúde vigente. Elaborado anualmente, o RAG apresenta os resultados alcançados no exercício anterior, com base nos indicadores pactuados, e subsidia eventuais ajustes ou redirecionamentos nos instrumentos de planejamento subsequentes.

De acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, os órgãos gestores de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem assegurar a ampla divulgação das informações de gestão, inclusive por meios eletrônicos de acesso público, de modo a permitir a consulta e a apreciação por parte dos cidadãos e das instituições da sociedade civil.

ATENÇÃO!

O RAG deve ser apresentado até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira ao respectivo Conselho de Saúde, que tem a responsabilidade de emitir parecer conclusivo quanto ao cumprimento das metas estabelecidas.

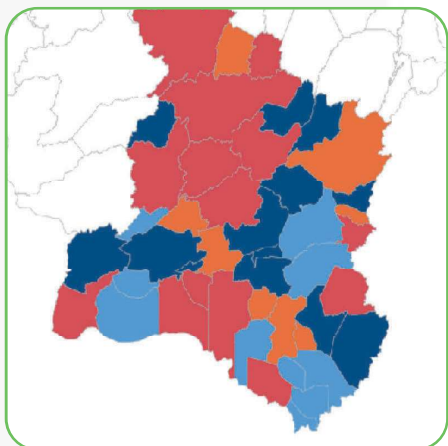


● Aprovado ● Em Elaboração ● Não Iniciado ● Em Análise do Conselho de Saúde

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

Situação	Municípios	%
Aprovado	46	25,00 %
Em Análise	33	17,93 %
Em Elaboração	33	17,93 %
Aprovado com Ressalvas	1	0,54 %
Não Iniciado	71	38,59 %
Total:	184	100,00 %

Quadro Geral das Entregas do RAG 2024 - Região Cariri



Situação	Municípios	%
Aprovado	13	28,89 %
Em Análise	10	22,22 %
Em Elaboração	08	17,78 %
Não Iniciado	14	31,11 %
Total:	45	100,00 %

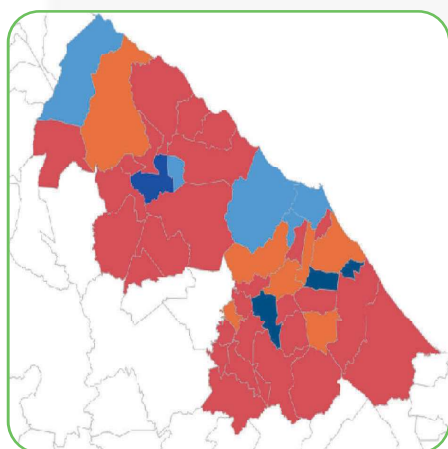
● Aprovado ● Em Elaboração ● Não Iniciado ● Em Análise do Conselho de Saúde

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

O monitoramento das entregas do Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao exercício de 2024, na Região de Saúde do Cariri, evidencia que 16 (quatorze) municípios ainda não iniciaram o processo de elaboração do instrumento, representando 31,11% do total. Adicionalmente, 10 (dez) municípios se encontram com o documento em fase de análise no Conselho de Saúde, o que equivale a 22,22%.

Outros 13 (treze) municípios já concluíram e tiveram o RAG aprovado, correspondendo a 28,89% do total, enquanto 8 (sete) municípios, o equivalente a 17,78%, estão com o instrumento em elaboração. Destacam-se os municípios Altaneira, Campo Sales, Catarina, Cedro, Mauriti, Milagres, Orós, Umari e Várzea Alegre, os quais concluíram e aprovaram o Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024 até a data de referência.

Quadro Geral das Entregas do RAG - Região Fortaleza



Situação	Municípios	%
Aprovado	03	6,82 %
Aprovado com Ressalvas	01	2,27 %
Em Análise	05	11,36 %
Em Elaboração	07	15,91 %
Não Iniciado	28	63,64 %
Total:	44	100,00 %

● Aprovado ● Em Elaboração ● Não Iniciado ● Em Análise do Conselho de Saúde

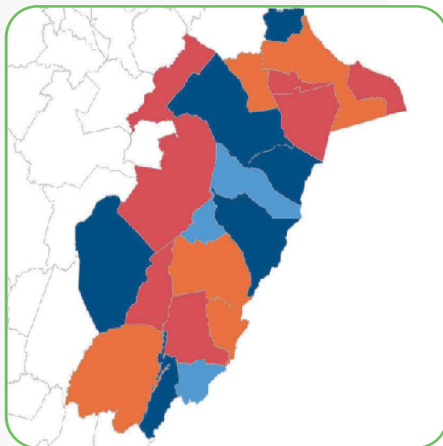
Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

Na Região de Saúde de Fortaleza, a análise do status das entregas do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024 revela que 28 (vinte e oito) municípios ainda não iniciaram o processo de elaboração do instrumento, o que representa 63,64% do total.

Observa-se, ainda, que 7 (sete) municípios encontram-se com o RAG em fase de elaboração (15,91%) e outros 5 (cinco) estão com o documento em análise nos respectivos Conselhos de Saúde, representando 11,36% dos municípios da região. Apenas 3 (três) municípios finalizaram todas as etapas e tiveram seus RAGs aprovados, correspondendo a 6,82% do total. São eles: Horizonte, Pindoretama e Redenção.

Na região de saúde Fortaleza, cinco municípios ainda se encontram com pendências. São eles: Aquiraz, Chorozinho, Guaiuba, Guaramiranga e Itaitinga.

Quadro Geral das Entregas do RAG - Região Litoral Leste



Situação	Municípios	%
Aprovado	06	30,00 %
Em Análise	03	15,00 %
Em Elaboração	05	25,00 %
Não Iniciado	06	30,00 %
Total:	20	100,00 %

● Aprovado ● Em Elaboração ● Não Iniciado ● Em Análise do Conselho de Saúde

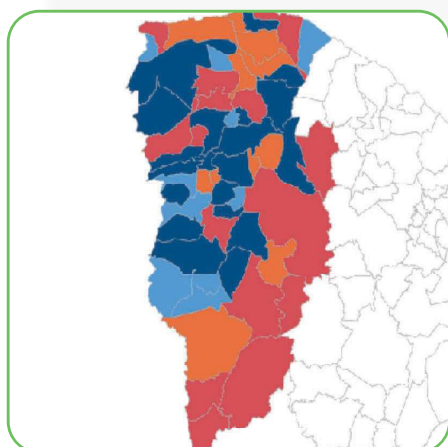
Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

Na Região de Saúde do Litoral Leste, observa-se que 6 (oito) municípios ainda não iniciaram a elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024, o que representa 30% do total. Outros 5 (cinco) municípios encontram-se com o documento em fase de elaboração, correspondendo a 25%, enquanto 3 (dois) municípios (15%) estão com o RAG em análise nos Conselhos de Saúde.

Destacam-se os municípios de Fortim, Jaguarétama, Pereiro, Quixeré, Russas e Tabuleiro do Norte, que finalizaram e aprovaram o RAG 2024 até a data de referência, totalizando 30% dos municípios da região.

Na região de saúde Litoral Leste, cinco municípios ainda se encontram com pendências. São eles: Alto Santo, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Palhano, Potiretama.

Quadro Geral das Entregas do RAG - Região Norte



Situação	Municípios	%
Aprovado	19	34,55 %
Em Análise	10	18,18 %
Em Elaboração	11	20,00 %
Não Iniciado	15	27,27 %
Total:	55	100,00 %

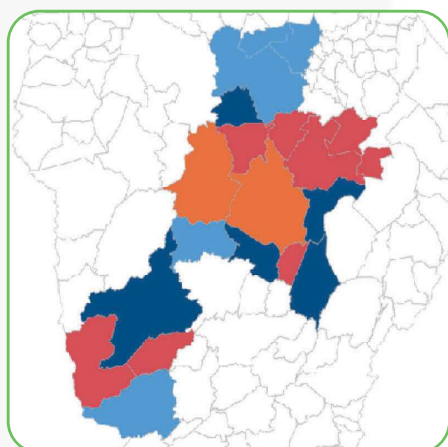
● Aprovado ● Em Elaboração ● Não Iniciado ● Em Análise do Conselho de Saúde

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

Na Região de Saúde Região Norte, a análise do status das entregas do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024 revela que 15 (quinze) municípios ainda não iniciaram o processo de elaboração do instrumento, o que representa 27,27% do total.

Observa-se, ainda, que 11 (onze) municípios encontram-se com o RAG em fase de elaboração (20,00%) e outros 10 (cinco) estão com o documento em análise nos respectivos Conselhos de Saúde, representando 18,18% dos municípios da região. 19 (dezenove) municípios finalizaram todas as etapas e tiveram seus RAGs aprovados, correspondendo a 34,55% do total.

Quadro Geral das Entregas do RAG - Região Sertão Central



Situação	Municípios	%
Aprovado	05	25,00 %
Em Análise	05	25,00 %
Em Elaboração	02	10,00 %
Não Iniciado	08	40,00 %
Total:	20	100,00 %

● Aprovado ● Em Elaboração ● Não Iniciado ● Em Análise do Conselho de Saúde

Fonte: Painel BI SEMS/SEINP/CE. Acesso em: 08 mai. 2025.

A Região de Saúde Sertão Central apresenta os seguintes dados quanto à entrega do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024: dos 20 (vinte) municípios da região, 8 (oito) ainda não iniciaram o processo de elaboração do documento, o que corresponde a 40% do total. Outros 2 (dois) municípios estão em fase de elaboração, enquanto 5 (cinco) encontram-se com o RAG sob análise dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde.

Por outro lado, verifica-se que 5 (cinco) municípios conseguiram concluir todas as etapas exigidas, com aprovação formal do RAG 2024. São eles: Banabuiú, Itatira, Senador Pompeu, Solonópole e Tauá.

Na região de saúde Sertão Central, dois municípios ainda se encontram com pendências. São eles: Boa Viagem e Quixeramobim.

Ministério da Saúde

Superintendente do Ministério da Saúde no Ceará

Kelly Gonçalves Meira Arruda

Superintendente Substituto do Ministério da Saúde no Ceará

Luiz Marques Campelo

Chefe do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa - SEINP/CE

Maria Auxiliadora R. S. Tavares

Chefe Substituto do Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa - SEINP/CE

Danielle Carlos Moreira (Substituta)

Equipe SEINP

Tatiana de Castro Pedrosa Gomes

Jamilly Anterio Azevedo

João Pedro Martins Andrade

Fale com a gente para sugestões, orientações técnicas, capacitações presenciais ou a distância através do e-mail de contato do setor:

seinp.sems.ce@saude.gov.br

Endereço

Rua Barão de Aracati, 909, Piso L1, Aldeota, Fortaleza, Ceará



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012.** Aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 maio 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-453.pdf/view>. Acesso em: 7 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de planejamento no SUS.** 1. ed., rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 138 p. (Série Articulação Interfederativa; v. 4). ISBN 978-85-334-2327-5. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf. Acesso em: 7 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017.** Consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html. Acesso em: 7 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013.** Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2135_25_09_2013.html. Acesso em: 7 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024.** Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 abr. 2024. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3493_11_04_2024.html. Acesso em: 7 mai. 2025.